

Senado adia votação sobre

Brasília — Gilberto Alves

Senado Federal
Q18
Reportagem

Economia

quarta-feira, 31/10/90 □ 1º caderno □ 5

dívida a pedido do governo

BRASÍLIA — O Senado Federal decidiu adiar a aprovação do projeto de resolução que fixa os parâmetros para a negociação da dívida externa, que estava programada para ontem, em regime de urgência. O adiamento foi solicitado pelo próprio governo, por meio do ministro da Justiça, Jarbas Passarinho, ao vice-líder do governo, senador Ney Maranhão (PRN-PE). Maranhão explicou que o Ministério da Economia quer alterar o item que impede pagamentos antes que o acordo com os bancos privados seja aprovado pelo Senado.

Com a modificação pretendida, os negociadores brasileiros poderão efetuar pagamentos aos credores mesmo antes de concluída a negociação, se julgarem conveniente. "Recebi ordens para convencer os senadores a retirarem o projeto da pauta de hoje. Tem uns 'triques' aí e vai haver uma pequena arrumação. Vocês sabem que estamos em lua-de-mel com o governo", explicou Maranhão, acrescentando que o novo prazo para a votação vai até o dia 21 de novembro.

Os parâmetros para a negociação da dívida brasileira seriam aprovados ontem depois de quase dois meses de entendimentos entre os senadores e o governo. O presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, senador Severo Gomes (PMDB-SP), foi surpreendido com a notícia do adiamento. "Estava tudo tão calmo, nós aceitamos todas as imposições", comentou. Severo Gomes se referia à série de conversas que ele e os senadores Fernando Henrique Cardoso (PSDB-SP) e Jorge Bornhausen (PFL-SC) tiveram com a ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, e com o principal negociador da dívida externa, embaixador Jório Dauster, para que a resolução fosse elaborada exatamente como queria o governo. Severo Gomes acredita que surgiram divergências internas na equipe econômica sobre o teor da resolução.

Rigidez — O projeto de resolução sobre a dívida foi aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos do Senado na semana passada, com a previsão de ser votado sem problemas, esta semana, pelo plenário. Com a aprovação, entrariam imediatamente em vigor algumas regras rígidas para a renegociação da dívida. A mais rigorosa está no Artigo 6º do projeto, que proíbe pagamentos aos credores antes que o acordo com os bancos seja aprovado pelo Senado. A Constituição brasileira, em seu Artigo 52, estabelece que todos os acordos na área externa dependem de autorização do Senado Federal. A fixação de parâmetros rígidos fortaleceria a posição do governo brasileiro diante das pressões dos banqueiros, pelo pagamento imediato dos juros devidos pelo país e que totalizam US\$ 8 bilhões.

Na segunda-feira, no entanto, os negociadores brasileiros aparentemente mudaram de idéia. Pouco depois de receber o presidente do Banco Central, Ibrahim Eris, o ministro Jarbas Passarinho ligou para o senador Ney Maranhão e



Campos: discurso em defesa dos credores foi suspenso

pediu-lhe que convencesse os líderes partidários a adiar por três semanas a votação da resolução. Ontem pela manhã, Maranhão desincumbiu-se prontamente da tarefa, obtendo a assinatura dos líderes partidários para o adiamento. A única exceção foi o vice-líder do PSDB, senador Chagas Rodrigues (PSDB-PI), que se recusou a assinar o requerimento, porque o relator do projeto, Fernando Henrique Cardoso, está em Moscou e não deixou qualquer orientação nesse sentido.

Aceitação — À tarde, Maranhão explicava que, diante da ausência do senador e da ministra Zélia, que viajou para o Chile, não houve tempo para novas modificações no texto da resolução. Outra resolução que também seria votada ontem — que permite aos estados tomarem empréstimos externos e só comunicarem ao Senado 30 dias depois — será igualmente modificada pelo governo, segundo Maranhão. "Daqui até o dia 21, a área econômica vai preparando as modificações que pretende fazer", admitiu o líder do governo.

Quem comemorou, por outros motivos, o adiamento da votação foi o senador Roberto Campos (PDS-MS, eleito deputado federal pelo Rio em 3 de outubro). Antes de saber do adiamento, Campos preparou um contundente pronunciamento contra a aprovação da resolução pelo Senado. Ao saber que a resolução estava fora da pauta, cancelou o discurso e, em conversa com jornalistas, disparou ácidas críticas contra a proposta brasileira de negociação da dívida. "Os parâmetros contidos na resolução não reforçam a posição dos negociadores brasileiros, pois constituem um convite ao confronto com os bancos credores", argumentou.

Ele prevê que o conceito de capacidade de pagamento, contido na proposta brasileira, dificilmente será aceito pela comunidade financeira internacional. "O governo diz que paga com o que sobrar. Mas é o próprio governo quem faz as contas. E se o governo resolver construir uma nova Brasília? Lá se foi a capacidade de pagamento", argumentou.